



Número: **0600249-48.2020.6.16.0000**

Classe: **CONSULTA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Vitor Roberto Silva**

Última distribuição : **29/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão, Consulta**

Objeto do processo: **Consulta apresentada pela Comissão Provisória Municipal do Partido Social Cristão - PSC de Arapongas, por seu presidente Sérgio Onofre da Silva, Prefeito, na forma da questão que segue: "Em se tratando de município onde a única emissora de televisão apenas forneça sinal via cabo, esta tem obrigação, liberalidade ou fica impedida de veicular o horário político? Caso seja obrigação ou liberalidade, tal decisão deve ser comunicada aos partidos concorrentes até qual data?"**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
COMISSAO PROVISORIA PARTIDO SOCIAL CRISTAO - PSC - ARAPONGAS - PR (CONSULENTE)		MARCUS VINICIUS GONCALVES CAETANO (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8578916	13/07/2020 17:28	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PARANÁ

**CONSULTA (11551) - Processo nº 0600249-48.2020.6.16.0000 - Arapongas -**

[Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão, Consulta]

**RELATOR: VITOR ROBERTO SILVA**

**CONSULENTE: COMISSAO PROVISORIA PARTIDO SOCIAL CRISTAO - PSC  
- ARAPONGAS - PR**

Advogado do(a) CONSULENTE: MARCUS VINICIUS GONCALVES CAETANO -  
P R 4 9 6 4 9

**DECISÃO**

**CONSULTA Nº 060249-48.2020.6.16.2020.0000.**

**EMENTA: DECISÃO MONOCRÁTICA. ILEGITIMIDADE DE PARTE.  
COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL. CONTORNOS DE CASO CONCRETO.  
CONSULTA NÃO CONHECIDA.**

Trata-se de Consulta formulada pela Comissão Provisória do Partido Social  
Cristão de Arapongas/PR, nos seguintes termos:



"Em se tratando de município onde a única emissora de televisão forneça sinal via cabo, esta tem obrigação, liberalidade ou fica impedida de veicular o horário político?"

Caso seja obrigação ou liberalidade, tal decisão deve ser comunicada aos partidos concorrentes até qual data?"

A Procuradoria Regional Eleitoral, no parecer de ID 8546366, opinou pelo não conhecimento da consulta, por não preencher o requisito atinente ao caráter genérico e abstrato, demonstrando contornos de caso concreto.

É o relatório. Passo a decidir.

O conhecimento da consulta passa, inicialmente, pela análise da legitimidade ativa.

Neste ponto, o Código Eleitoral estabelece que:

Art. 30. Compete, ainda, privativamente, aos Tribunais Regionais:

(...)

VIII - responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;

E, para regulamentar este dispositivo, o Regimento Interno deste Tribunal prescreve o seguinte:

Art. 87. O Tribunal somente responderá às consultas formuladas, em tese, sobre matéria eleitoral, por autoridade pública, ou por **órgão regional de partido político**.

Observa-se, portanto, que comissão provisória municipal de partido político não é parte legítima para formular consultas dirigida aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Neste sentido, cito os seguintes precedentes:

EMENTA: CONSULTA - REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE EXCEDA A PERDA DO PODER AQUISITIVO - ANO ELEITORAL - VEDAÇÃO - ART. 37, X, CF - ART. 79, VIII DA LEI 9.504/97. ARTIGO 73, "CAPUT", INCISOS I A VIII, LEI Nº 9.504/97. ART. 62, VIII, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.457 - CONSULENTE DIRETÓRIO MUNICIPAL DE PARTID POLÍTICO. ILEGITIMIDADE. ART. 56 "CAPUT" e § 4º DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. MATÉRIA JÁ RESPONDIDA PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL POR INTERMÉDIO DAS RESOLUÇÕES NºS 21.811/2004 e 21.812/2004. CONSULTA NÃO CONHECIDA.



1. Não se conhece a consulta de matéria objeto de resposta já dada pelo Tribunal Superior Eleitoral ou por esta Corte Regional (art. 56, § 4º, RITRE/PR).

2. **O Diretório Municipal do partido político é parte ilegítima para propor consulta perante o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (art. 56, caput do RITRE/PR). Precedentes dessa Corte.**

3. Consulta não conhecida.

(TRE/PR. CONSULTA n. 26323. Rel. Dr. Lourival Pedro Chemim. DJe em 13/07/2016).  
(Destaquei).

CONSULTA FORMULADA POR COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL. PERÍODO ELEITORAL. CASO CONCRETO. NÃO CONHECIMENTO.

1. **"O Diretório Municipal é parte ilegítima para formular consulta junto aos Tribunais Regionais Eleitorais, nos termos do art. 30, inc. VIII, do Código Eleitoral c/c art. 11, parágrafo único, da Lei nº 9.096/95."** (TRE/GO, Consulta nº 789.) Consulta formulada pelo Presidente de Comissão Partidária Provisória Municipal. Não conhecimento.

2. Nos termos do Art. 30, inciso VIII, do Código Eleitoral, "[c]ompete, ainda, privativamente, aos Tribunais Regionais", "responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político". Portanto, as consultas somente podem versar sobre matéria eleitoral em tese.

3. Consulta formulada durante o período eleitoral e que versa sobre caso concreto. Não conhecimento.

4. Consulta de que não se conhece.

(TRE/GO. CONSULTA n. 1244. Rel. Dr. Leão Aparecido Alves. DJe em 04/09/2014).  
(Destaquei).

CONSULTA - NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. ARTIGOS 30, VIII, DO CÓDIGO ELEITORAL. **RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE DO ÓRGÃO MUNICIPAL POR SIMETRIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 23, XII, DO CÓDIGO ELEITORAL. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 11 DA LEI Nº 9.096/95.** JURISPRUDÊNCIA. CONSULTA DA QUAL NÃO SE CONHECE.

(TRE/SP. CONSULTA n. 24523. Rel. Des. Silmar Fernandes. DJe em 07/10/2016).  
(Destaquei).

Ademais, também não merece ser conhecida a consulta por lhe faltar o requisito do caráter abstrato. Com efeito, ao questionar a obrigatoriedade da transmissão da



propaganda política por canal de televisão via cabo no município de Arapongas, a pergunta revela os envolvidos e o contexto em que se enquadra.

Como bem pontuado pela Procuradoria Regional Eleitoral no parecer de ID 8546366:

A simples leitura do questionamento formulado a esta Corte Eleitoral evidencia os seus contornos de caso concreto, na medida em que fornece informações que permitem a identificação do local e da situação referida pela parte consulente. Desta forma, a resposta à presente consulta, nos moldes como foi formulada, representaria uma indevida antecipação do posicionamento deste órgão julgador acerca de eventual demanda futura.

Por mais esta razão, a indagação não pode ser conhecida, já que além de formulada por parte ilegítima, apresenta contornos de caso concreto.

Ante o exposto, por todos os motivos apontados, e em especial por ter sido formulada por parte ilegítima, com fundamento no art. 31, IV, "b" do Regimento Interno deste Tribunal, não conheço da presente consulta.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, 13 de julho de 2020.

**DES. VITOR ROBERTO SILVA - RELATOR**

